

PROCESSO: 13/2009
INTERESSADO: Açúcar Guarani S/A – Unidade Severínia
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação de parque industrial e expansão de áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Severínia

1.INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 26.705/11/TA, elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e da expansão de áreas agrícolas da Açúcar Guarani S/A, localizada no município de Severínia.

2.DESCRICÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Açúcar Guarani - Unidade Severínia, segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, localiza-se em área classificada como *Adequada com Limitações Ambientais*, e as áreas agrícolas em áreas classificadas como *Adequadas*, *Adequadas com Limitações* e *Adequadas com Restrições Ambientais*. O projeto de ampliação prevê aumento da capacidade de moagem de 2.000.000 para 3.000.000 t/safra, da produção de etanol de 65.000 para 130.000 m³/safra, e mantém a produção atual de 271.700 t/safra de açúcar. Toda a energia elétrica atual e futura gerada, de 5,8 MW e 8,4 MW respectivamente, será utilizada no processo de produção. A captação de água será realizada por meio de dois barramentos no Córrego da Barrinha (285 m³/h) e afluente (240 m³/h), e de quatro poços no Aquífero Bauru (45 m³/h). O volume de vinhaça atualmente gerada no processamento industrial é de 923.025 m³/safra, com incremento para 1.972.800 m³/safra decorrente da ampliação, e será totalmente aplicado nos canaviais.

A cana-de-açúcar provém de 27.168 ha de áreas plantadas em regime de parceria e de fornecedores, prevendo-se a expansão das mesmas para 40.068 ha, nas mesmas modalidades de exploração. Tais áreas serão distribuídas nos municípios de Severínia, Barretos, Cajobi, Colina, Monte Azul Paulista e Olímpia. A ampliação acarretará no aumento do quadro de funcionários passando de 1.114 para 1.207 funcionários durante a safra, e de 799 para 880 na entressafra, distribuídos no setor industrial, administrativo e agrícola.

3.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Atendimento aos Aspectos Legais

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97. Foram apresentadas outorgas de captação superficial e subterrâneas de água conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/05. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola. Para a Licença de Instalação - LI, deverá ser apresentada outorga do DAEE para interferência da adutora de vinhaça no córrego da Laranjeira e rio Turvo. Para a Licença de Operação - LO, deverá ser apresentada autorização da ANEEL para ampliação da cogeração de energia elétrica, e para a renovação da LO deverá ser apresentada averbação da reserva legal conforme Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação Legal apresentado no EIA.

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, assim como reflexos

negativos do uso de vinhaça na área agrícola. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado Programa de Comunicação e Participação Social em relação aos problemas apontados na pesquisa de percepção e para a emissão da LO, a comprovação de sua implantação.

•Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho

A ampliação prevê apenas a instalação de novos equipamentos e reforma em uma caldeira para repotencialização, não sendo previstas obras civis de vulto que resultem em movimentação de solo. Para a emissão da LO deverá ser apresentada comprovação da recuperação das áreas afetadas pela obras de ampliação do parque industrial e acessos, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais, a revegetação de áreas com solo exposto e recomposição das vias internas ao parque industrial.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Segundo o EIA, está prevista a contratação adicional de 93 funcionários na safra e 81 funcionários na entressafra distribuída em todos os setores, representando um acréscimo de 9% no quadro de pessoal atual. O impacto não será significativo, e as medidas propostas (contratação de mão de obra da região, qualificação, capacitação e remanejamento da mão de obra) pelo empreendedor para manter o nível de emprego constante são satisfatórias.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Com o aumento da população devido à atratividade gerada pela ampliação do empreendimento, poderá haver impacto sobre alguns setores da infraestrutura municipal como saúde e educação infantil, diagnosticados como os mais deficitários. Para a LO, o empreendedor deverá apresentar comprovação da execução das ações de reforço desenvolvidas nos programas sociais já praticadas pela Usina nos municípios da área de expansão da AID.

•Aumento do Tráfego de Veículos

O aumento no fluxo de veículos decorrente da ampliação do empreendimento será da ordem de 120 veículos/dia, concentrando principalmente em trechos da Rodovia SP-321, SP-322 (Armando Salles de Oliveira), e Rodovia Assis Chateaubriand. Para mitigação foi previsto um Programa de Tráfego de Veículos que inclui ações como sinalização preventiva, cursos e treinamentos realizados para a requalificação de motoristas, etc. Também deverão apresentadas as parcerias com as Prefeituras Municipais quanto à manutenção e melhoria das estradas vicinais.

•Alterações no Uso e Ocupação do Solo

A AID é uma região composta em sua maioria por grandes propriedades com cultivo de cana-de-açúcar, seguido de laranja. Em terceiro lugar, a área é ocupada por pastagens, sendo o restante em menor proporção distribuído por agricultura (soja e milho), matas, cerrado e seringueira. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Plano de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra para os trabalhadores que sobrevivem das atuais atividades agropecuárias na região e respectivas cadeias produtivas locais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN manifestou-se favoravelmente ao empreendimento para o licenciamento prévio, e tendo visto que a área industrial não apresentou evidência de materiais, liberou a área para a ampliação. Para a emissão da LI deverá ser apresentada manifestação do IPHAN, quanto ao Programa de Prospecções Arqueológicas Sistemáticas e Intensivas, avaliação do Patrimônio Arqueológico e ação de Educação Patrimonial, no âmbito de um programa de gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Embora não esteja prevista a supressão de vegetação nativa em remanescentes florestais para a expansão agrícola, de acordo com a caracterização da vegetação apresentada

no EIA, os fragmentos presentes na AID se encontram degradados e isolados, enquanto que as matas ciliares estão alteradas e em sua maioria completamente ausentes. Considerando a existência de áreas agrícolas localizadas em Áreas Adequadas com Restrição Ambiental, conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro de acordo com a Resolução SMA 88/08, o empreendedor deverá apresentar, por ocasião da solicitação da LI um Programa de Implantação de Corredores Ecológicos, além de Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

No empreendimento encontram-se quatro Unidades de Conservação: Estação Ecológica do Noroeste Paulista, Estação Experimental São José do Rio Preto, Floresta Estadual de Bebedouro e Reserva Biológica de Pindorama. No entanto as Áreas Diretamente Afetadas (ADA) do empreendimento estão fora das zonas de amortecimento destas UC's, não sendo passíveis de impactos decorrentes da ampliação do parque industrial ou das áreas agrícolas.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Conforme o EIA, as alterações previstas na AID em decorrência da mudança do tipo de cobertura vegetal, aumento das atividades operacionais no campo, da circulação de veículos e máquinas, promoverá alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Educação Ambiental contemplando as ações voltadas aos recursos hídricos e ao reflorestamento e recuperação de matas ciliares manifestada pela Câmara Técnica PLAGRHI do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande; e Plano de Monitoramento Sazonal da Fauna.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial, durante a safra (após ampliação), será de 285,00 m³/h, por meio de captação superficial e subterrânea. De acordo o EIA, o consumo específico de água no processo será de 0,54 m³/t cana, dentro do limite de 1 m³/t de cana estabelecido para áreas classificadas como Adequadas com Limitações Ambientais. Para a mitigação serão implementados um Programa de Conservação de Recursos Hídricos e de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais ampliado conforme expansão agrícola.

•Cogeração de Energia Elétrica e Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o Setor de Ar, Ruído e Vibrações da Cetesb, a repotencialização da caldeira existente atende os limites de emissão estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/06, e não ultrapassa os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90, desde que efetuado o alteamento da chaminé correspondente. O município não se enquadra em região saturada ou em vias de saturação de acordo como Decreto Estadual nº 52469/07. Para a LO deverá ser realizada amostragem comprobatória e o alteamento da chaminé das caldeiras, além da apresentação de plano de redução de emissões de material particulado e óxidos de nitrogênio.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas, o EIA propõe um Programa de Conservação do Solo que contempla práticas de conservação de caráter mecânico (planejamento e manutenção dos carregadores, construção de terraços, plantio em nível e sistemas de drenagem) e de manejo agrícola (preparo reduzido, rotação de culturas, adubação verde, adubação orgânica e manutenção das sobras da palha da cana sobre o solo) adotadas pela usina. Para a LI, deverá ser apresentado um detalhado Plano de Conservação do Solo e Monitoramento de Processos Erosivos para todas áreas agrícolas.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, dentre os resíduos sólidos gerados, o de maior representatividade será o bagaço da cana-de-açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração

de energia. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que deverá incluir a destinação adequada das embalagens vazias de agrotóxicos.

•Geração de Efluentes Líquidos

Para o tratamento de efluentes sanitários, a usina possui sistema compacto com capacidade para tratar 90 m³/dia, suficiente para atender a demanda futura. Quanto ao efluente industrial, prevê tratamento prévio para posterior aplicação na lavoura. Para a LI deverão ser apresentados projetos dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de efluentes líquidos provenientes de setores do parque industrial.

•Riscos Decorrentes da Produção e Estocagem de Etanol

A Usina armazena etanol em 12 tanques numa área de 3.443,91 m² de atividades ao livre no parque industrial. A distância entre as instalações de armazenamento e os núcleos urbanos das proximidades foi avaliada, constatando-se a inexistência de risco à saúde humana e a segurança das instalações.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrente da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana-de-Açúcar

Conforme o mapa de fertirrigação do EIA, a Usina possui áreas agrícolas a serem fertirrigadas em áreas que variam de média/baixa a média/alta vulnerabilidade de aquífero segundo mapa da Disponibilidade de Águas Superficiais e Vulnerabilidade das Águas Subterrâneas. Para LI deverá ser apresentado Plano de Aplicação de Vinhaça que deverá obedecer a Norma Técnica CETESB P4.231/06 e Resoluções SMA 88/08 e 14/10, incluindo o monitoramento das águas subterrâneas.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

O estudo propõe treinamento dos usuários e observação das técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxico. Para a LI, a usina deverá apresentar Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos, assim como plano de ação em caso de acidentes com pulverização aérea.

4.PROGRAMAS AMBIENTAIS

Além dos planos e programas ambientais solicitados nas exigências, o EIA propõe: Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas, Plano Integrado de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Implantação de Corredores Ecológicos, Programa de Conservação de Uso do Solo, Programa de Gestão Ambiental da Obra, Programa de Tráfego, Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, Programa de Conservação dos Recursos Hídricos, Programa de Conservação da Fauna e Plano de Comunicação e Participação Social. No âmbito de Monitoramento, foram propostos os seguintes Programas: de Qualidade do Ar, do Solo, das Águas Superficiais e Subterrâneas, e da Fauna Silvestre.

5.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta de compensação ambiental do EIA deverá ser analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6848/09.

6.CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 26.705/11/TA. Nestes termos,



SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 26.705/11/TA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Açúcar Guarani S/A, Unidade de Severínia.

São Paulo, 15 de Abril de 2011.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Eng^a. Civil/Amb. Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA
Reg. 4755 CREA 62252/D